



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

<http://dx.doi.org/10.22351/et.v60i1.3926>

A RELEVÂNCIA DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO PARA A DESCONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS RACISTAS E PRECONCEITUOSAS NO COTIDIANO ESCOLAR¹

*The relevance of the discipline Religious Education
for the deconstruction of racist and prejudiced practices in daily school life*

Jamyly Kelly Corrêa da Gama²
Piedade Lino Videira³
Elivaldo Serrão Custódio⁴

Resumo: A presente pesquisa visa compreender como a impressão de um viés ecumênico e multiculturalista ao Ensino Religioso nas instituições públicas de educação pode ser um meio eficaz para a desconstrução de práticas racistas e preconceituosas em relação a religiões historicamente marginalizadas no cotidiano escolar. Temos como objetivo geral analisar como a disciplina Ensino Religioso está sendo ministrada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás, com recorte para as religiões de matriz africana, a partir de pesquisa qualitativa, especialmente qual o tratamento dado às religiões de matriz africana. A escola está localizada no distrito do Coração, município de Macapá, região que conta com população, em sua maioria, formada por famílias negras com fortes tradições culturais e étnicas. Para a coleta de dados, utilizamos como recursos entrevistas semiestruturadas junto ao corpo docente e discente da escola e com membros da comunidade praticantes da umbanda. Os resultados obtidos apontaram que o Ensino Religioso oferecido na EMEF Goiás desprivilegia as religiões de matriz africana, que os alunos pouco conhecem sobre as práticas religiosas afro-brasileiras e que os professores têm dificuldade em discutir a questão da intolerância religiosa. Conclui-se que ainda há um longo caminho para plena implantação da Lei 10.639/2003 e que se carece ainda de maior capacitação para os docentes poderem trabalhar com a temática, visando ao respeito à diversidade cultural e religiosa.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. Ensino Religioso. Religiões de matriz africana. Intolerância religiosa.

¹ O artigo foi recebido em 01 de março de 2020 e aprovado em 13 de abril de 2020 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Graduada em Pedagogia. UNIFAP. E-mail: jamylycorrea@gmail.com

³ Doutora em Educação. UNIFAP. E-mail: piedadevideira@bol.com.br

⁴ Doutor em Teologia. PPGED/UNIFAP. E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

Abstract: This research aims to understand how the impression of an ecumenical and multiculturalist bias in Religious Education in public educational institutions can be an effective means for deconstructing racist and prejudiced practices in relation to historically marginalized religions in school life. Our general objective is to analyze how the discipline Religious Education is being taught at the Municipal Elementary School Goiás, focusing on African religions, based on qualitative research, especially on the treatment given to African religions. The school is located in the district of Coração, municipality of Macapá, a region that has a population mostly formed by black families with strong cultural and ethnic traditions. For data collection, we used semi-structured interviews with the school's faculty and students and with members of the Umbanda community. The obtained results pointed out that the Religious Education offered at EMEF Goiás does not favor religions of African origin, that students know little about Afro-Brazilian religious practices and that teachers have difficulty of discussing the issue of religious intolerance. It is concluded that there is still a long way to go for the full implementation of Law 10.639/2003 and that there is still a need for greater training for teachers to be able to work with the theme, aiming at respect for cultural and religious diversity.

Keywords: Law 10.639/2003. Religious Education. African religions. Religious intolerance.

Introdução

Esta pesquisa partiu da identificação das questões que vêm sendo discutidas e abordadas no cenário nacional quando se trata das religiões de matriz africana, em especial no que diz respeito às discussões internas da disciplina de Ensino Religioso (ER). Como problema central levantou-se a seguinte questão: como as religiões de matriz africana são vistas, caracterizadas e abordadas no conteúdo da disciplina Ensino Religioso ministrada na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Goiás em Macapá/AP?

A motivação para esta pesquisa partiu de nosso interesse enquanto orientadores e orientadoras juntamente com o interesse dos orientandos e orientandas do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá. Com o intuito de analisar como a disciplina ER está sendo ministrada na EMEF Goiás, com recorte para as religiões de matriz africana, elegemos como sujeitos e colaboradores o professor ou a professora que ministra a disciplina sobre as religiões de matriz africana. Buscamos verificar se eles conhecem e respeitam as orientações da Constituição Federal de 1988 e demais dispositivos legais vigentes para ministrar a disciplina em sala de aula. Por fim, desejamos compreender de que maneira as religiões de matriz africana são vistas, participam e convivem no cotidiano sociocultural da comunidade do Coração e abordadas no ambiente escolar. A pesquisa empírica foi realizada no distrito do Coração em Macapá, na EMEF Goiás, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores, professoras, estudantes e membros de comunidades religiosas de matriz africana.

O trabalho está organizado em duas seções. A primeira trata sobre os procedimentos metodológicos adotados. A segunda seção sistematiza a análise e discussão

dos resultados. Por fim, tecemos algumas considerações finais sobre a pesquisa, apontando algumas possíveis orientações gerais sobre a plena realização das orientações contidas na Lei 10.639/2003.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Optamos pela abordagem qualitativa, porque por meio dela é possível identificar características pessoais subjetivas referentes aos sujeitos da pesquisa, para além das tabulações e pesquisas quantitativas. Diante de um tema tão complexo como esse que nos dispusemos a observar, somente a investigação científica de cunho qualitativo nos forneceu as ferramentas necessárias para que pudéssemos alcançar os resultados desejados na pesquisa.

De acordo com Maria Marly de Oliveira, a pesquisa qualitativa divide-se em dois momentos: a pesquisa exploratória, que “objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico leitura e análise de documento”; e a fase descritiva, que “procura analisar fatos e/ou fenômenos”, produzindo uma “descrição detalhada da forma de como se apresentam esses fatos e fenômenos”, caracterizando-se como uma “análise em profundidade da realidade pesquisada”⁵.

Partindo de tal referencial, realizamos levantamento bibliográfico e leituras referente ao tema, bem como análises documentais da legislação educacional como a Constituição Federal de 1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola⁶, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁷, a Matriz Curricular de Ensino Religioso do Município de Macapá, dentre outros. Munidos de tais documentos foram realizadas a pesquisa *in loco* e as entrevistas como forma de investigação.

Etapas da pesquisa

A primeira etapa desta pesquisa foi conhecer o espaço físico da escola, onde utilizamos, inicialmente, conversas informais com o diretor e o coordenador, que nos relataram alguns projetos realizados junto à comunidade. A etapa seguinte consistiu em conhecer a comunidade do Coração através da ótica de alguns moradores das comunidades vizinhas por meio de conversas prévias.

Na terceira etapa, focamos na análise documental fornecida pela escola, especialmente o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Ação em execução, uma tabela de lotação de funcionários e funcionárias, um livro elaborado pelos alunos e alunas da modalidade EJA, denominado “Memórias do Coração: História da comuni-

⁵ OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 65-68.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*, 2009.

⁷ BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: 9394/96. Brasília, 1996.

dade do distrito do Coração através das fontes orais”, bem como documentos oficiais nacionais e locais já citados anteriormente.⁸

Posteriormente, nós nos dedicamos a conhecer e reconhecer os sujeitos da pesquisa mediante a entrega do roteiro de entrevista para que os mesmos pudessem responder e colaborar com o fornecimento dos dados que necessitávamos para o desenvolvimento da referida investigação. Na última etapa dessa pesquisa deu-se, por fim, a análise dos dados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas.

Lócus da pesquisa

Com base no conhecimento do cenário pesquisado, sujeitos participantes e problemáticas evidenciadas, esta pesquisa ocorreu junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás, localizada no distrito do Coração, município de Macapá, estado do Amapá, zona oeste da cidade.

O distrito do Coração existe há 210 anos, de acordo com informações obtidas no livro “Memórias do Coração: História da comunidade do Distrito do Coração através de fontes orais”, a comunidade foi fundada pelos irmãos Benedito Canuto da Costa e Francisco Canuto da Costa, que chegaram à região como negros fugitivos da Fortaleza de São José de Macapá. O nome surgiu por conta de um senhor denominado de bom “coração”, por dar abrigo aos viajantes oriundos de Mazagão/AP que vinham fazer compras na Comunidade do Coração.⁹

O distrito do Coração faz divisa com os municípios de Santana e Macapá e possui cerca de 3.500 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, distribuídos por várias comunidades adjacentes. A maioria da população tem origem afrodescendente, vivendo em grande parte do cultivo de hortaliças e de serviços rurais. No que se refere à educação, a comunidade conta com duas escolas: uma de ensino fundamental I e uma creche que atende o ensino infantil, ambas mantidas pela Secretaria Municipal de Educação de Macapá.

É importante destacar que a comunidade do distrito do Coração é uma comunidade quilombola, apresentando fortes influências negras e alguns aspectos culturais voltados para as religiões de matriz africana, o que contribuirá muito para reafirmarmos a importância de nossa pesquisa sobre essas religiões por meio das entrevistas realizadas na única escola de ensino fundamental I do distrito do Coração.

⁸ AMAPÁ. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Político Pedagógico*. Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás. Macapá, 2017.

⁹ GOIÁS. Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás. *Memórias do coração: História da Comunidade do Distrito do Coração através das fontes orais*. Macapá, dezembro de 2014.

¹⁰ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás é assim denominada por conta do prefeito da época, o cabo Alfredo Oliveira, que costumava identificar os órgãos municipais de ensino por ele inaugurados com nomes dos estados brasileiros. Segundo documentos fornecidos pela escola onde constam o histórico e o perfil, a EMEF Goiás foi construída em um terreno doado por uma senhora chamada Maria Silva de Souza.

O endereço no qual a escola Goiás está localizada é rua São Francisco de Assis, nº 62 – distrito do Coração, zona oeste do município de Macapá, área rural. Ela foi construída para atender as comunidades oriundas e adjacentes existentes no distrito.

Foi inaugurada em 01 de março de 1967, contendo apenas um prédio de madeira com três salas de aula, para atender a demanda de 1ª a 4ª série existente na comunidade. Em 1998, na gestão do prefeito Aníbal Barcelos, foi implantado o ensino de 5ª a 8ª séries, sendo essa modalidade retirada no final do ano de 2013, o que favoreceu a implantação, em 2014, da 3ª e 4ª etapas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Atualmente a escola apresenta o total de 515 discentes distribuídos em três turnos, sendo: 190 (1º e 2º anos) no turno da manhã, 216 (3º ao 5º anos) no turno da tarde, seis discentes em educação especial (AEE), aos quais a escola oferece atendimento, 109 na EJA.

Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos de uma pesquisa são justamente todos os indivíduos informantes, atores sociais e entidades que participaram do processo. Os sujeitos que participaram desta pesquisa foram: sujeitos 1: oito (8) docentes atuantes na EMEF Goiás; sujeitos 2: quarenta (40) discentes dos 3º, 4º e 5º anos; sujeitos 3: quatro (4) membros atuantes de religiões de matriz africana do candomblé e umbanda da comunidade do distrito do Coração. No total foram 52 sujeitos participantes para que pudéssemos chegar aos resultados obtidos no estudo realizado.

Os sujeitos do quadro 1 serão apresentados com nomes fictícios de instrumentos de origem africana, para que possamos manter em sigilo a identidade, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 510/2016.

Quadro 1 – Sujeitos 1 da pesquisa (Docentes)

Docente	Gênero	Idade	Tempo de Atuação	Anos (séries) Atuação	Formação Acadêmica
1 Agogô	Masculino	38	12	3º	Licenciado em História
2 Afoxé	Masculino	40	16	4º	Magistério IETA e Acadêmico de História
3 Berimbau	Masculino	37	17	5º	Licenciatura em Matemática

4 Caxixi	Feminino	40	18	5º	Pós-graduada em Supervisão Escolar
5 Kora	Feminino	46	17	3º	Ensino superior incompleto
6 Cuíca		38	18	4º	Pedagogia
7 Reco Reco	Feminino	40	18	3º	Pedagogia
8 Tambores	Feminino	33	15	5º	Pedagogia

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2018).

Já no Quadro 2 constam informações pertinentes aos sujeitos 2 de nossa investigação: 40 estudantes do ensino fundamental I dos 3º, 4º e 5º anos da EMEF Goiás. Os sujeitos deste quadro se dispuseram a participar do referido estudo, haja vista que na pré-seleção dos discentes muitos tinham certo receio em participar por conta de identificarmos nosso estudo como uma pesquisa. Desta forma, optamos por cinco sujeitos de cada turma para que pudéssemos fazer uma análise de dados mais consistente e objetiva no momento da tabulação dos dados para chegarmos aos objetivos do nosso estudo.

Quadro 2 – Sujeitos 2 da pesquisa (Discentes)

Série	Quantidade de sujeitos discentes	Gênero		Faixa etária (Idade)
		Feminino	Masculino	
3º Ano	15	22	18	7 a 11 anos
4º Ano	10			
5º Ano	15			

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2018).

Participaram ainda deste estudo quatro (4) moradores que serão identificados conforme Quadro 3 abaixo. Eles são atuantes em espaços religiosos de matriz africana na comunidade do distrito do Coração e suas identidades não serão mantidas no anonimato, pois este estudo tem caráter acadêmico e político, não obstante dar visibilidade aos conhecimentos que acumularam e mais, reconhecer suas lutas, resistências e enfrentamentos para não sucumbirem diante de situações de violência e intolerância religiosa que vêm sofrendo, dentro de uma comunidade que luta para preservar suas raízes negras como marcador da sua identidade coletiva e individual.

Quadro 3 – Identificação dos sujeitos 3, membros da comunidade do distrito do Coração, atuantes nas religiões de matriz africana

<p>Nome: Izis Farias Idade: 30 anos Profissão: Professora/Artesã Escolaridade: Ensino Superior Completo Cor: Negra Religião: Candomblé</p>

Nome: Pedro Rodrigues do Espírito Santo (Pedrão) Idade: 58 anos Profissão: Empresário Escolaridade: 4º Ano Primário Cor: Negro Religião: Católico e Umbanda
Nome: Pai Brendenson Idade: 21 anos Terreiro: Mina Nagô (São Pedro) Profissão: Garçom Escolaridade: Fundamental II Cor: Pardo
Nome: Jonas (pai biológico de Pai Brendenson) Idade: 45 anos Profissão: Treinador de futebol Escolaridade: Nível Médio Cor: Branco

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2018).

Instrumentos para coleta de dados

Foi utilizada como instrumento de coleta de dados principal da presente pesquisa a entrevista semiestruturada.¹¹ O roteiro da entrevista era diferente para cada ator social: vinte questões foram respondidas por professores e professoras, dez foram direcionadas aos/às estudantes e dez perguntas foram feitas a membros ou frequentadores de templos religiosos de matriz africana.

Análise e discussão dos resultados

Esta seção tem como objetivo apresentar a análise dos dados e os resultados da pesquisa; partiremos para a exposição sistemática dos dados levantados por meio das 51 entrevistas semiestruturadas realizadas ao longo da pesquisa. Vale ressaltar que foram realizadas oito entrevistas com professores e professoras, quarenta com estudantes e três com membros de religiões de matriz africana.

Discentes

Julgamos essencial a escuta da opinião dos e das estudantes da EMEF Goiás, já que são eles os sujeitos e principal público das políticas e reformas educativas. De acordo com Regina Célia Haidt, “a formação das crianças e dos jovens ocorre por meio de sua participação na rede de relações que constitui a dinâmica social [...] daí

¹¹ GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

a importância do grupo como elemento formador”¹². Baseando-nos nessa ideologia, captamos e sistematizamos em gráficos as respostas de 40 alunos e alunas, para buscar conhecê-los quanto ao convívio com a disciplina ER e a temática abordada, a qual vem sendo mencionada no desenvolvimento desta pesquisa.

A maioria dos 52% das pessoas entrevistadas se declarou evangélica, seguido de 32,5% que se declararam católicas. Aqui, foi interessante observar que essas pessoas são moradores e moradoras do distrito do Coração, uma comunidade que teve como origem a família Costa e Silva, que era devota de São Francisco de Assis, ou seja, percebe-se que os evangélicos estão ganhando espaço na comunidade. Do total, 5% afirmou não ter religião e o menor percentual de alunos e alunas, 2,5%, afirmou ser adepto do candomblé.

Desta forma, olhando para esse pequeno percentual de adeptos do candomblé, é notória a percepção de que muitas das pessoas entrevistadas não declaram sua religião ou a escondem em outra, como faziam os negros no início da colonização, por medo de perseguição ou represálias. De acordo com Stela Guedes Caputo, “[...] repete o violento mecanismo de proteção e defesa que [...] os negros utilizavam na época da escravidão. Ou seja, omite sua religião, disfarça sua fé para não ser ainda mais perseguido”¹³.

Acreditamos que os e as discentes possuem interesses subjetivos de diversas ordens que os levam a gostar ou não de uma disciplina. E quando se trata de ER, cria-se uma problemática, sendo que Stela Guedes Caputo diz que “É possível discutir o ensino religioso por diferentes abordagens [...] o problema nas escolas é antigo e não apenas nosso”¹⁴. Mesmo com a característica essencialmente confessional do ER no Brasil, como vimos acima, a imensa maioria dos e das estudantes, 92,5%, declarou gostar da disciplina. E 7,5% informa não gostar.

A maioria dos 40 pesquisados disse gostar da disciplina ER. Dentre esses, 50% justificaram dizendo que com essa disciplina aprendem coisas novas e importantes. É notável que 12,5% afirmaram que a disciplina “ensina o caminho de Deus”, entendendo tal prática como positiva, o que está em desacordo com as orientações oficiais para o ensino da disciplina. Somente 7,5% gostam e reconhecem que podem aprender sobre outras religiões. Assim, podemos perceber que as orientações para o ER não são cumpridas no caso específico e como há um ambiente de grande dificuldade de implementação da Lei 10.639/2003.

Na sua maioria, professores e professoras ensinam sua própria religião e, dentro delas, trabalham temas como valores, respeito, amor e ética. Desta forma, acabam por excluir outras religiões como as de matriz africana, e os alunos e as alunas são os principais prejudicados, pois não assimilam conhecimento sobre tais, e acabam por se tornar pessoas ignorantes, sem um saber devido sobre uma grande riqueza cultural do país.

Quando alunos e alunas foram indagados sobre o que gostariam de estudar no ER, ficou evidente, em suas respostas, a falta de conhecimento sobre a disciplina

¹² HAIDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática geral*. 7. edição. São Paulo: Ática, 2002. p. 55.

¹³ CAPUTO, Stela Guedes. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012. p. 200.

¹⁴ CAPUTO, 2012, p. 209.

da maioria (75%); apenas 25% deles responderam outras religiões, ou seja, apenas essa minoria tem noção do que abrange o currículo do ER. Em que pese esse dado, notamos que alguns entrevistados gostariam de estudar “racismo” (10%) e “questões humanísticas” (7,5%), que, somados aos 25% que desejam conhecer outras religiões, apresenta um novo olhar possível para o tema.

Segundo a maior parte dos entrevistados, 82,5%, professores e professoras não utilizam recursos lúdicos para trabalhar os conteúdos no ER. Rocha e Albuquerque dizem que a sala de aula é um espaço privilegiado para desconstrução de estereótipos e de fenótipos. As manifestações como danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado.¹⁵ Além disso, esse conhecimento contribuiu para a adoção de uma postura não preconceituosa e discriminada diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais e as pessoas que dele fazem parte (BRASIL, 1997).¹⁶

A maioria dos professores e professoras diz que usa jogos ou brincadeiras na ministração da disciplina, no entanto são eles e elas mesmos que produzem ou confeccionam, sendo que não recebem nenhum apoio da Secretaria Municipal de Educação quanto a isso.

Em relação aos temas abordados nas aulas, 52,5% dos e das discentes responderam “amor, amizade respeito ao próximo e racismo”. Neste sentido, podemos destacar a característica multidimensional do ER, além de trabalhar as religiões como fenômeno sociocultural, também envolve outros aspectos da vida e de outras áreas do conhecimento.

Corroborar-se com a obra literária “Educação nos terreiros”, de Stela Guedes Caputo, que traz uma entrevista com uma professora de ER e lhe pergunta como define o conteúdo de suas aulas. Sua resposta enfatiza que o objetivo não é pregar sua religião (evangélica): o que faz é selecionar o que há em comum entre as religiões católica e evangélica, que representa a maioria, e apresenta em sala de aula, a estratégia usada não abordava o candomblé, para não gerar polêmica entre os alunos e alunas.¹⁷ Já um professor (umbandista), de acordo com Stela Guedes Caputo, está cometendo, com esse método de ensino e abordagem dos conteúdos, uma grande injustiça, porque está catequisando e convertendo os alunos e as alunas.¹⁸

Na pergunta: “Você já ouviu falar sobre intolerância religiosa?”, procuramos apurar a percepção dos e das discentes quanto ao tema da intolerância religiosa que extrapola os muros da escola, mas que nela se reproduz e pode estar presente no cotidiano. Conforme dados obtidos, a maior parte dos alunos e alunas respondeu nunca ter ouvido falar de intolerância religiosa, pouquíssimos já ouviram e uma minoria não

¹⁵ ROCHA, José Geraldo do; ALBUQUERQUE, Gabriela Girão de. Cultura Afro-Brasileira na Escola e a Intolerância Religiosa. In: MONTEIRO, Rosana Batista (Org.). *Práticas pedagógicas: para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio*. Seropédica/RJ: UFRJ; Evangraf, 2013. p. 113-131.

¹⁶ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

¹⁷ CAPUTO, 2012, p. 215.

¹⁸ CAPUTO, 2012.

respondeu a questão. No entanto, sabe-se que é de grande importância trabalhar esse tema, seja nas aulas de ER ou em outras.

De acordo com a entrevista realizada na escola Goiás, grande parte dos alunos e alunas não sabe nem o que dizer sobre intolerância religiosa, já outros conseguem explicar o assunto do seu jeito, desta forma evidenciando que a temática é pouco abordada no ambiente escolar.

Na pergunta: “Você gostaria de conhecer/estudar as religiões existentes no Brasil?”, tínhamos a intenção de captar os desejos dos e das discentes em se aprofundar nos objetivos da disciplina. Nessa pergunta, a maior totalidade das pessoas entrevistadas informou interesse em estudar as outras religiões existentes no Brasil. De acordo com Stela Guedes Caputo, se for para uma religião penetrar na escola, o certo seria que todas as religiões tivessem o mesmo espaço, sendo assim haveria como ter um amplo diálogo e conhecimento com as religiões de matriz africana, que geralmente são excluídas das escolas.¹⁹

Pelo âmbito legal e constitucional no Brasil, mediante a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96 e a Lei 10.639/2003, as escolas devem oferecer o ER de forma abrangente, sem exclusão de religiões e incluindo principalmente o estudo da história e cultura afro-brasileira, a partir daí atendendo ao anseio dos e das estudantes em conhecer outras formas de religiosidades.

A maioria dos alunos e alunas entrevistados deseja conhecer outras religiões que existem no Brasil (82,5%). Esse dado demonstra, por outro lado, que esse percentual provavelmente não conhece as religiões de matriz africana. Entre as que mais desejam conhecer está a católica, a de matriz africana e a evangélica, que são as mais difundidas no país. Mas, em geral, os resultados deixam antever que os e as discentes possuem interesse em conhecer outras religiões e que se interessam por diferentes culturas, incluindo religiões de matriz oriental e judaica.

Buscamos entender especificamente o grau de conhecimento sobre religiões de matriz africana, iniciando um aprofundamento em relação ao nosso objetivo específico. Como resultado, 92,5% das pessoas entrevistadas responderam não ouvir falar das religiões de matriz africana. Dados esses que são preocupantes, pois esses sujeitos que não têm o conhecimento são os mesmos que ensinam alunos e alunas sobre religião. De acordo com Elivaldo Serrão Custódio, o aprofundar-se no conhecimento da história das religiões de matriz africana suscitou a compreensão e ênfase de sua inclusão no ensino-aprendizagem como forma de combater o preconceito, a prática do racismo e a discriminação no âmbito do ER.²⁰

Para além de conhecerem ou não, desejamos captar a opinião dos mesmos sobre tais religiões e, para saber o que eles e elas entendem sobre religiões de matriz africana e o que está sendo ensinado na escola. A maior parte dos alunos e alunas nunca ouviu falar sobre religiões de matriz africana (92,5%), conseqüentemente, não

¹⁹ CAPUTO, 2012.

²⁰ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Religiões de matrizes africanas como patrimônio cultural imaterial no contexto escolar do Amapá. *RevistAleph*, v. VI, n. 18, p. 29-44, dez. 2012.

conseguiram dar sua opinião a respeito do que acham sobre essas religiões. Somando os 60% que deixaram a resposta em branco com os 25% que disseram não ter opinião a respeito, notamos que a grande maioria não tece opinião sobre o assunto.

Em geral, percebe-se o desconhecimento dos alunos e das alunas em relação à intolerância religiosa e sobre as religiões de matriz africana, sendo que isso pode ser resultado da falta de abordagem do tema por professores e professoras em sala de aula. Os educadores e as educadoras no Brasil sentem-se desconfortáveis para trabalhar sobre as relações étnico-raciais, no entanto, é notável também que eles e elas não foram preparados para desenvolver, no processo educacional, tal perspectiva de abordagem temática. Acreditamos que a falta de preparo dos e das docentes para trabalhar a temática é uma barreira difícil, mas que pode ser superada a partir do oferecimento e ampliação de cursos de formação continuada sobre a temática da história africana.

Concluimos que, a partir dos dados apresentados referentes à Escola Goiás, há um retrato do que já vem se apresentando no cenário brasileiro onde a discriminação racial é presente e constante no cotidiano escolar.

Docentes

Outro sujeito presente na escola e que é responsável direto pela discussão, ou não, do tema é, sem dúvida, o corpo docente. No total, foram entrevistados oito professores e professoras do ensino fundamental I, sendo três homens e cinco mulheres, todos acima dos 30 anos de idade e atuantes em diversos anos do ciclo I, conforme apresentado detalhadamente em seção anterior do presente trabalho. De acordo com Contreras (2002), professores e professoras têm que estar aptos ao exercício da função e sempre trabalhando no ambiente escolar a realidade de alunos e alunas, buscando oferecer sempre o melhor ensino aos educandos e às educandas de maneira ampla e objetiva.²¹

Com as respostas, observamos que a maior parte das pessoas entrevistadas vem atuando na educação escolar há mais de 18 anos e uma minoria está entre 12 anos em diante. Esse fator é importantíssimo, pois se constata que todos são bem experientes como docentes, mas será que estão trabalhando corretamente certas temáticas destacando a disciplina de ER e as religiões de matriz africana? É isso que vamos tentar descobrir ao longo destas análises.

As primeiras questões visavam identificar algumas características dos e das docentes, como tempo de trabalho e formação. Das pessoas entrevistadas, a maioria (38%) trabalha há 18 anos na educação, 25% estão há 17 anos atuando como docente no fundamental I. Algumas não têm formação superior (13%), as demais todas são graduadas e 38%, a maioria, são formadas em Pedagogia.

Primeira questão que inicia uma aproximação e aprofundamento relativo ao tema central de nossa investigação: o ER. Ao indagarmos o tempo que leciona ER, a metade dos professores e professoras leciona entre 17 anos (25%) e 18 anos (25%); a outra metade variou entre 13 anos (13%), nove anos (13%), 12 anos (12%) e quatro anos

²¹ CONTRERAS, José. *Autonomia de professores*. Trad. Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

(12%). Os dados apontam que a metade trabalha com o tema há muitos anos, período anterior à Lei 10.639/2003 e isso pode ser um fator de resistência quanto à inclusão de novos temas ou outras abordagens no ER.

Pretendendo averiguar se o professor ou a professora reconhece a diversidade religiosa da comunidade ao adotar ou produzir (ou não) materiais pedagógicos sobre as matrizes religiosas presentes dentro da escola por meio do envolvimento de alunos e alunas com diferentes religiões, obtemos os seguintes resultados: 50% das pessoas entrevistadas responderam que adotam materiais pedagógicos que abordam diversas crenças e práticas religiosas na comunidade e outras 50% responderam que não. De acordo com as respostas positivas dos e das docentes, eles e elas até chegam a usar certos materiais, só que os mesmos não estão de acordo com o que é para ser trabalhado na disciplina ER.

Ao perguntarmos se professores e professoras adotam material que envolve as diversas religiões reconhecidas na comunidade, a resposta foi que metade (50%) deles e delas disse que sim e a outra metade (50%) disse que não. O fato de a metade dos professores e professoras admitirem que não levam em conta as várias religiões no seu planejamento pedagógico nem em sua prática demonstra que os mesmos deixam de aproveitar o espaço da sala de aula para discutir sobre a intolerância religiosa e sobre as demais religiões. Se os professores e as professoras realizam as atividades para discussão sobre intolerância religiosa, notamos que o número dos que declararam que não (63%) perfaz uma porcentagem maior do o número daqueles que se preocupam e abordam o tema com os e as discentes.

De acordo com o que responderam os e as docentes, é perceptível que a intolerância religiosa, quando trabalhada em sala de aula, é tratada como um tema bem superficial e não é dada uma ênfase maior para que alunos e alunas venham realmente a entender do que se trata e quão grande é esse problema em nossa sociedade.

A maioria declarou ter dificuldades para trabalhar a disciplina ER. De acordo com as respostas de professores e professoras e com as análises de dados anteriores, é normal essa dificuldade em trabalhar a temática, pois eles e elas não têm recursos didáticos nem formação adequada para isso.

Por unanimidade, professores e professoras declaram não ocorrer intolerância religiosa em sua sala de aula. No entanto, de acordo com os representantes de religiões de matriz africana na comunidade, eles nunca tiveram a oportunidade de ser convidados a participar de alguma programação da escola, nem em datas comemorativas como o Dia da Consciência Negra, quando professores e professoras dizem que trabalham diversos temas. Por consequência, em diversas programações da escola, são convidados outros líderes religiosos, como padres e pastores. Desta forma, percebemos um exemplo claro de intolerância religiosa.

Professores e professoras, em sua maioria (50%), são católicos. Da outra metade, 25% se declararam evangélicos e 25% espíritas. O fato de a maior parte dos professores e professoras ser católica contradiz o resultado dessa pergunta aos alunos e alunas, quando a maioria afirmou ser evangélica (ver respostas dos e das discentes).

Ao serem indagados se já tinham sido vítimas de intolerância religiosa, a maioria (75%) respondeu que não sofreu esse tipo de preconceito, mas importantes 25% decla-

raram ter passado por essa experiência negativa em sua vida. Não podemos esquecer, aqui, que a maioria dos professores e professoras é católica, sendo que essa religião foi hegemônica e possui poder ainda no contexto social e político. Professores e professoras que informaram já terem sofrido intolerância religiosa dizem que foi no contexto social fora da escola, e isso ocorre muito, praticamente, com todas as pessoas.

Representantes de religiões de matriz africana

Para a presente pesquisa foram entrevistados quatro representantes de religiões de matriz africana atuantes no distrito do Coração. Esses serão aqui denominados como são conhecidos na comunidade. Mencionamos abaixo um breve histórico de cada um deles para que possamos conhecê-los melhor.

Entrevistado 1 (Pai Brenderson): 21 anos de idade, pardo, jovem líder religioso de seu próprio Terreiro de Mina Nago (São Pedro), morador da comunidade do Coração desde criança e tem como religião a umbanda.

Entrevistado 2 (Sr. Jonas, pai biológico do Pai Brenderson e filho de santo do mesmo): 45 anos de idade, mora na comunidade há mais de vinte anos, cor branca, profissão treinador de futebol, religião umbanda.

Entrevistado 3 (Sra. Isis): 30 de idade, negra, professora, umbandista do terreiro do Pai Junior no Coração, que está em reforma, mora na comunidade há uns oito anos.

Entrevistado 4 (Sr. Pedrão): 58 anos de idade, negro, empresário, umbandista e católico, dono e frequentador do Malocão do Pedrão.

Na primeira pergunta, ao serem indagados se contribuiriam com algum evento que a Escola Goiás tivesse planejado como parte de algum projeto que envolvesse as religiões de matriz africana, todos estão de acordo em participar das atividades da escola, mas o que lhes falta é o convite, a oportunidade, a tolerância, os mesmos direitos que pessoas de outros segmentos religiosos têm nas programações escolares.

Na segunda pergunta: você já sofreu ou presenciou algum tipo de intolerância religiosa? Como foi? Onde? E qual foi sua reação? Todos confirmaram já sofrer intolerância religiosa e suas consequências que não são nada agradáveis na sociedade. No entanto, é de conhecimento público que o parágrafo VI do artigo 5º da Constituição de 1988 diz que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da Lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Portanto, no Brasil, todos somos livres para fazer ou cultuar quem quisermos, é um direito por lei.

A terceira pergunta foi a seguinte: como você acha que a escola pode contribuir para que os alunos e as alunas possam ter conhecimento de sua religião? Os sujeitos responderam que a escola precisa sim conhecer essas religiões, ter acesso a essas culturas, só que, no entanto, não estão preparadas para tal por falta de conhecimento e, assim, podem gerar mais ainda o preconceito. Por isso a importância de se trabalhar a temática para desmistificar o conceito que alunos, alunas, professores e professoras têm a respeito do assunto.

De acordo com as pessoas entrevistadas, elas estão à disposição para colaborar com qualquer projeto envolvendo temas de matriz africana, no entanto, os eventos

religiosos que são realizados pela escola não incluem as religiões afro-brasileiras. Essa postura escolar e dos professores e professoras demonstra o não cumprimento da Lei 10.639/2003 e de não primar pelas orientações da LDB quanto à pluralidade de religiões presentes na disciplina de ER. A presente informação é corroborada pelas respostas dos e das estudantes e professores e professoras quanto à falta de conhecimento e à ausência das religiões de matriz africana na sala de aula.

Um projeto escolar que envolva as matrizes africanas é uma oportunidade para incitar discussões sobre a intolerância religiosa e desmistificar o preconceito contra as religiões africanas e afro-brasileiras. Face ao que foi exposto pelos sacerdotes entrevistados, percebemos que a escola não inclui, em seu planejamento pedagógico, as religiões de matriz africana que existem na comunidade onde a escola está inserida e que há, aparentemente, certos conflitos e preconceitos envolvendo essa relação. Além de não cumprirem com as normativas federais quanto ao ER na escola, professores, professoras e a direção não parecem tomar atitudes visando reverter esse quadro de desconhecimento e intolerância que vivemos hoje em dia e que se reflete no cotidiano da EMEF Goiás.

Considerações finais

A produção deste trabalho de pesquisa proporcionou uma oportunidade de nos aprofundarmos nos estudos de uma temática bastante relevante do cotidiano escolar e do meio social em geral, que é a questão de conhecer outras religiões. Nesse caso, destacando as de matriz africana, desmistificamos muitas coisas, aprendemos muito, e o que antes já respeitávamos, agora vamos respeitar ainda mais, pois essas religiões trazem em sua gênese um leque de conhecimentos a serem transmitidos.

No Brasil, as concepções religiosas estão intimamente ligadas ao preconceito racial, pois são as religiões de matrizes africanas as que mais sofrem com a intolerância religiosa. Por isso, a Lei 10.639/2003, que obriga a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas, torna-se um instrumento pedagógico de valorização e reconhecimento da cultura negra, influenciando a visão crítica sobre as religiões afro-brasileiras.

Percebe-se que as crianças não conhecem as religiões de matriz africana nem debatem sobre intolerância religiosa, pois as discussões sobre isso na sala de aula, na disciplina ER, não parecem presentes. Um dos fatores é o pouco preparo de professores e professoras em fazer debates para instigar o conhecimento de alunos e alunas, muito por conta da falta de programas de capacitação por parte do governo. No entanto, mesmo diante da aprovação da Lei 10.639/2003 e sua implantação obrigatória na educação básica, os e as docentes não tiveram nenhum curso de aperfeiçoamento ou de formação continuada que prepare para trabalhar o conteúdo em sala de aula.

Outra situação percebida na pesquisa surge na fala dos membros das religiões de matriz africana do distrito do Coração, que se sentem excluídos dos projetos de cunho religioso da EMEF Goiás. Não há uma interação entre a escola e as religiões de matriz africana que existem na comunidade do Coração, onde a escola está inserida.

As religiões de matriz africana são, historicamente, religiões de excluídos econômica e socialmente. A escola não faz diferente da sociedade brasileira, exclui de seu planejamento pedagógico as religiões afro-brasileiras.

Esperamos que, com o presente trabalho, algum debate seja levantado, pelo menos em âmbito local, sobre a necessidade de rever as práticas docentes no ER e a constante busca pela concretização no ambiente escolar das orientações constantes na Constituição Federal, na LDB e na Lei 10.639/2003. Ansiamos por uma sociedade sem racismo e sem intolerância religiosa e acreditamos no papel central da escola e da educação no processo de combate às discriminações raciais e sociais em nosso país.

Referências

- AMAPÁ. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Político Pedagógico*. Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás. Macapá, 2017.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. 2009.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: 9394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 23 jul. 1997.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- CAPUTO, Stela Guedes. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CONTRERAS, José. *Autonomia de professores*. Trad. Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.
- CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Religiões de matrizes africanas como patrimônio cultural imaterial no contexto escolar do Amapá. *Revista Aleph*, v. VI, n. 18, p. 29-44, dez. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOIÁS. Escola Municipal de Ensino Fundamental Goiás. *Memórias do coração: História da Comunidade do Distrito do Coração através das fontes orais*. Macapá, dezembro de 2014.
- HAIDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática geral*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 65-68.
- ROCHA, José Geraldo do; ALBUQUERQUE, Gabriela Girão de. Cultura Afro-Brasileira na Escola e a Intolerância Religiosa. In: MONTEIRO, Rosana Batista (Org.). *Práticas pedagógicas: para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio*. Seropédica/RJ: UFRJ; Evangraf, 2013. p. 113-131.